



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

Ref. DFD nº 102/2025 - Área requisitante: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1 CONTRATAÇÃO LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA SUPORTE, ELABORAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DE QUE TRATA A LEI 14.133/2021, PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO, PARA O MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO/RS, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.2 O objeto desta contratação é caracterizado como serviço licença de uso de sistema informatizado para suporte, elaboração e controle do Plano de Contratações Anual (PCA) visa atender às exigências da Lei nº 14.133/2021, que estabelece novos parâmetros de governança nas contratações públicas, conferindo especial relevância à fase de planejamento. O PCA, previsto na referida norma, é um dos principais instrumentos de planejamento e transparência da Administração Pública.
- 1.3 A vigência do contrato será de 12 meses, com início a partir da assinatura do contrato, nos termos do art. 105, da Lei Federal n. 14.133/21, visando abranger o prazo de entrega e consumo das quantidades pretendidas, recebimentos e liquidação de documentos fiscais e prazos de pagamentos, podendo ainda ser prorrogado, na forma da Lei mediante caso fortuito e justificativa fundamentada.
- 1.4 Tabela de itens do objeto:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	LICENÇA DE USO DA PLATAFORMA GOVPLAN, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, COM ACESSO ATÉ 2 (DOIS) USUÁRIOS SIMULTANEOS, TREINAMENTO E SUPORTE ILIMITADOS.	UND	01	R\$ 17.990,00	R\$ 17.990,00

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A necessidade encontra-se justificada em tópicos específicos do Documento de Formalização de Demanda, apêndice deste Termo de Referência.



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

- 2.2 O município de Rodeio Bonito elaborará seu primeiro plano anual de contratações durante o exercício financeiro de 2025, por esta razão neste momento não existe esta previsão.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1 A Administração Pública enfrenta dificuldades para realizar o Plano de Contratações Anual, prevista na Nova Lei de Licitações, a tarefa vem se demonstrando complexa tendo em vista a demanda de trabalho rotineira.
- 3.2 Portanto é essencial a aquisição desta ferramenta para suprir as demandas das áreas, em relação à inserção correta, organizada e atualizada, bem como as novas demandas para o ano seguinte, organizando o planejamento das contratações, tornando-se necessária a contratação de empresa, para o serviço contratado.

Solução 01 - Desenvolver uma ferramenta própria;

Solução 02 - Licitar uma fábrica de software;

Solução 03 - Contratação de uma plataforma online de mercado, denominada, GOVPLAN, desenvolvida especificamente para auxiliar no desenvolvimento, implementação e monitoramento do plano de contratações anual (PCA).

- 3.3 Ante essas soluções, O GOVPLAN é a melhor opção, é essencial a aquisição desta ferramenta para suprir as demandas das áreas, em relação à inserção correta, organizada e atualizada, bem como as novas demandas para o ano seguinte, organizando o planejamento das contratações, tornando-se necessária a contratação de empresa, para o serviço contratado.
- 3.4 Há de se mencionar que a empresa GovPlan Sistemas Inteligentes Ltda. possui “exclusividade no sistema de planejamento governamental projetado para auxiliar as Instituições Públicas no desenvolvimento, implantação, e monitoramento do plano de contratações anual”, consoante assenta a ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE à fl. XX deste processo.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Como requisitos mínimos, arrolam-se, segmentando-se por subprocessos imanentes à concepção e execução do PCA:

I: Elaboração do PCA:



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

- 4.2 Possibilitar ao requisitante listar suas demandas, em documento de formalização de demanda (DFD) estruturado, com metadados próprios a esta etapa;
- 4.3 Listar as demandas de que trata a alínea “a” com base no histórico de contratações, de forma a otimizar a prospecção;
- 4.4 Possibilitar a elaboração de DFDs com base em itens de materiais e de serviços integrados ao catálogo;
- 4.5 Possibilitar a elaboração de DFDs com base em itens de materiais e de serviços ainda não constante de catálogo;
- 4.6 Agregar demandas de mesma natureza, como forma de indicação de contratações conjuntas de DFDs distintos;
- 4.7 Associar preços estimados aos DFDs;
- 4.8 Na hipótese de itens importados na base de dados, a partir do histórico de contratações, associar preços com fulcro no valor contratado, atualizados via índices de mercado;
- 4.9 Prover fluxo analítico e autorizativo no subprocesso de elaboração do PCA;
- 4.10 Possibilitar filtros que indiquem a oportunidade de contratações conjuntas ou centralizadas;
- 4.11 Gerar e disponibilizar visão otimizada do calendário de contratações.

II: Publicação do PCA.

- 4.12 Gerar de relatório, com link web, para disponibilização em sítio eletrônico oficial;
- 4.13 Prover interligação com o Portal Nacional de Contratações Públicas;
- 4.14 Realizar publicação automática, após atualização.

III: Execução do PCA.

- 4.15 Possibilitar alteração do PCA, durante a execução do plano;
- 4.16 Atualizar o calendário de contratação;
- 4.17 Prover controle do fluxo processual, com seus reflexos no calendário de contratação;
- 4.18 Apresentar recursos de acompanhamento de prazos;
- 4.19 Prover auxílio na geração do relatório de riscos à inexecução do PCA.
- 4.20 Ademais, como requisito mínimo, o suporte para o uso da ferramenta, com otimizado nível de serviço de atendimento, é condição sine qua non para a implantação e operacionalização do sistema almejado.



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

III: Funcionalidades referentes ao Atendimento e Suporte Técnico.

- 4.21 Disponibilização de canais de atendimento, via web e telefone, com funcionamento entre 09h às 17h, em dias úteis;
- 4.22 Possibilidade de abertura de chamados, com seguimento via protocolo;
- 4.23 Estruturação em níveis de atendimento;
- 4.24 Plano de manutenção corretiva demandada deve ser apresentado em até 48 horas após a abertura do chamado;
- 4.25 SLA de atendimento telefônico: mínimo de 90% das ligações atendidas em até 3 minutos;
- 4.26 SLA de canal web: mínimo de 90% das mensagens respondidas com encaminhamento claro em até 8 horas úteis após a abertura do chamado.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1 Após a disponibilização das licenças, o Sistema GovPlan deverá se apresentar integralmente funcional durante toda a vigência contratual. O SLA de disponibilidade é de, no mínimo, 95% do tempo útil mensal.
- 5.2 Contratação de 02 licenças, que possibilitem 02 acessos simultâneos.
- 5.3 O acesso ao sistema, em todos os perfis, deve ser disponibilizado em até 1 (um) dia útil após a contratação;
- 5.4 Deverá ser informado à contratada os agentes que deverão ter acesso, como condição para que o prazo em tela seja computado.
- 5.5 A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada pela **fiscal do contrato Sr. Diogo Righi**, Secretário Municipal de Finanças e Patrimônio.

6 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 6.1 O critério de medição será conforme entrega dos serviços, na forma parcelada, após realização das etapas previstas.
- 6.2 Poderá ser realizada retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada no recebimento do objeto deste edital, com base nos critérios e requisitos estabelecidos neste documento.
- 6.3 A medição dos serviços ficará cargo do(s) fiscal(s) de contrato, respeitando o período mínimo mensal, conforme andamento da execução do objeto.



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

7 DO RECEBIMENTO

- 7.1 Os serviços serão recebidos pelos fiscais de contrato que farão a verificação do cumprimento das exigências do Termo de Referência, Contrato e demais documentos que fazem parte do processo.
- 7.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição da parcela até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas pelos fiscais.
- 7.4 Cabe ao fiscal comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8 LIQUIDAÇÃO

- 8.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente dará o correto andamento para a liquidação.
- 8.2 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento.
- 8.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus à contratante;

9 PRAZO DE PAGAMENTO

- 9.1 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, conforme cronograma de pagamentos do Município, após a entrega do objeto licitado, conforme critérios de medição, entrega do documento fiscal correto e da finalização da liquidação da despesa.

10 FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e contracorrente, indicados pelo CONTRATADO.



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

- 10.2 Se a empresa não for optante do simples nacional deverá destacar na nota fiscal a alíquota da IRRF a ser retido pelo município, conforme IN 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 4.210/2022. Sob pena de devolução do documento.

11 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1 A contratação dar-se-á na forma de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, por tratar-se de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, em acordo com o Art. 74, caput, inciso I, da Lei nº 14.133/21;
- 11.2 A seleção do fornecedor nos termos do § 3º, Art. 74, da Lei nº 14.133/21, através de comprovação de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

12 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 12.1 A empresa deverá apresentar os seguintes documentos:
- a) Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
 - b) Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações ou o que vier a substituí-lo na forma da lei. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
 - c) Cópia do CPF e RG do responsável pela assinatura do contrato;
 - d) Comprovante de residência do responsável pela assinatura do contrato;
 - e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos da União;
 - f) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede do licitante;
 - g) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
 - h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - i) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS);
 - j) Certidão Negativa Correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);

13 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

- 13.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 17.990,00 (dezessete mil e novecentos e noventa reais) conforme detalhado em proposta comercial, anexo do Documentos de Formalização de Demanda.

14 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1 As despesas decorrentes da contratação correrão por conta do orçamento vigente da através(s) da(s) seguinte(s) dotação(s):

- 15** PA 2011 / 33.90.40.06.00.00.00 – Locação de Softwares / RV - 1

16 ANEXOS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

- 16.1 Documento de Formalização de Demanda e anexos

John Lenon Triz
Setor de Licitações
Responsável pela elaboração deste TR